

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Na CAE, cenário do rolo da reforma tributária

A complicada corrida final da reforma tributária

Pressionado após uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o senador Eduard Braga (MDB-AM) prometera para quinta-feira (19) entregar uma versão preliminar do seu relatório da reforma tributária. Ou “versão 1.0”, como chamara. Se conseguiu ou não, Braga não tornou público. Pela manhã, ao participar de sessão na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), ele afirmou que das 537 emendas que recebeu, só tinha àquela altura conseguido analisar 400. Ele mantinha sua intenção de concluir o tal relatório preliminar. Seria um texto para ajustar as articulações que ainda precisa fazer. Agora, Braga estabelece como agenda protocolar seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até a noite de terça-feira (24).

Cronograma

Braga, então pretende ler o texto na quarta-feira (25). Se Braga conseguir cumprir esse cronograma, os senadores querem duas semanas de análise ainda na CCJ antes de a reforma ir ao plenário. Ou seja, isso só acontecerá já em novembro. Alterado, terá de voltar à Câmara.

Federação

Completa o quadro o fato de o Senado ser a representação da Federação. Os estados têm mais peso. E pressionam por benefícios. Segundo disse um senador, neste momento o que parece estar mais valendo é a força política para virar exceção na reforma.



Braga corre contra o tempo para entregar reforma

Intensificar conversas para aparar arestas

Na noite de quarta-feira (18), o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), telefonou para Braga, que até então resistia a receber o trabalho do grupo de trabalho ali criado e coordenado por Efraim Filho (União-PB). Vanderlan argumentou que a intenção não era fazer um relatório paralelo, mas uma “contribuição” dos 53 senadores que in-

tegram a comissão. Braga acabou aceitando ir à CAE na manhã de quinta receber o texto de Efraim. Lamentou tê-lo recebido “tão em cima da hora”. Não se comprometeu a aceitá-lo. Mas será difícil ignorá-lo. Na verdade, a intenção do relator agora é intensificar conversas para aparar arestas. Do contrário, a reforma corre risco.

Reuniões

Na semana que vem, Braga deverá fazer novas reuniões com Haddad. E também com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com o relator da forma entre os deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Para tentar ao máximo obter um consenso entre as Casas.

Governo

O governo entrou em campo para tentar acelerar. Na reunião da CAE pela manhã, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), apelou para que os parlamentares não perdessem mais essa oportunidade de resolver os problemas tributários.

Alterações

Se a Câmara não aceitar as alterações e modificar outra vez, o texto retorna para o Senado. E fica assim enquanto não houver consenso. Nesse pingue-pongue, fica difícil imaginar que a reforma consiga ser concluída ainda este ano, como deseja o governo.

Haddad

Fernando Haddad também entrou em campo. Começou a receber políticos no mesmo sentido de aparar arestas. Esteve, por exemplo, esta semana com o líder do PP na Câmara, Dr. Luizinho (RJ). Até terça, Braga tentará desatar esses nós. Se conseguir, é uma incógnita.

Novos capítulos da briga entre Congresso e STF

Desta vez, Pacheco e Alcolumbre querem acelerar duas PECs

Por Ana Paula Marques

Após debate com juristas no Senado Federal, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita o alcance das decisões monocráticas dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Existe a expectativa de que a PEC seja pautada em plenário já nesta próxima semana. Apesar de ser um tema que gerou atrito entre os poderes, Pacheco afirmou que a proposta é um sinal de respeito.

Para Pacheco, os Três Poderes são “independentes e harmônicos” e que cabe ao Legislativo propor alterações que reforcem essa independência e a manutenção das atribuições de cada um. Ao mesmo tempo em que tenta limitar o STF, Pacheco, mineiramente, faz elogios: “O Judiciário é um dos pilares da nossa democracia e, não nos esqueçamos, teve papel fundamental na defesa da ordem constitucional ante as ameaças recentes”.

A PEC quer, além de limitar as decisões dos ministros, impedir a concessão de decisão monocrática que suspenda leis ou atos normativos que atinjam a coletividade, atos do presidente da República ou dos presidentes da Câmara, do Senado e do Congresso. A proposta de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) foi aprovada em menos de um minuto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no início do mês.

Essa aprovação reverberou. O presidente da Suprema Corte, Luís Roberto Barroso, apesar de se mostrar compreensível sobre o caso, defendeu que não é o mo-



Pacheco mantém com Alcolumbre sua guerra contra o Supremo

mento de alterar o modo como a Corte atua por todos os ataques que vem sofrendo.

“O STF é passível de críticas como qualquer instituição democrática, mas em uma instituição que vem trabalhando bem, eu não vejo razão para que haja modificações no funcionamento do STF”, disse.

Segunda PEC

O presidente da CCJ, Davi Alcolumbre (União-AP), vem no encaço com outra PEC, essa para estabelecer oito anos de mandato para os ministros do Supremo, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM). A menção de um nome para relator foi feita durante a última reunião da Comissão. Alcolumbre pediu que Plínio se reúna com Pacheco para decidir quem cuidará da tramitação do texto na Casa.

O clima entre os poderes está estremecido desde as últimas de-

cisões de Rosa Weber como presidente do STF antes de se aposentar. No mesmo dia em que o Supremo concluiu o julgamento que considerava inconstitucional o Marco Temporal das terras indígenas, o Senado aprovava um projeto em direção contrária, justamente estabelecendo a data da promulgação da Constituição como marco para definir demarcações.

Outro assunto em embate foi a decisão do STF a favor de liberar porte de maconha para consumo pessoal. Dias após a Corte formar maioria nesse sentido — 5 a 1 —, Pacheco apresentou uma proposta para incluir na Constituição a proibição do porte e uso de qualquer tipo de droga.

Recado

Para o analista político Nauê Bernardo, as propostas parecem ser um recado do Senado que tenta indicar ao Su-

premo suas intenções, o que pode agravar o cenário da guerrilha entre os poderes.

“Cabe ao Supremo a guarda da Constituição, até mesmo as propostas de emenda à Constituição. Caso o Supremo entenda que essas propostas desfiguram o texto constitucional, elas podem ser declaradas inconstitucionais, e isso iria certamente provocar mais choques em uma relação que já anda abalada há muito tempo”, explica.

Uma briga que poderá também se tornar interna no Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) já deu declarações no sentido de que medidas que desagradem o Supremo não passam na Câmara dos Deputados. “Neste momento, por mais que o Senado esteja apertando o STF ainda há um longo caminho pela frente até que essa proposta de fato se torne uma emenda constitucional”, disse.

Depois de Bolsonaro e Braga, TSE também absolve Lula e Alckmin

Por Ana Paula Marques e Murilo Adjuto

Após rejeitar três ações contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou também duas ações de investigação eleitoral contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu vice, Geraldo Alckmin. Os processos eram semelhantes e tratavam de possíveis crimes eleitorais cometidos por meio da internet nas eleições passadas.

O Correio da Manhã adiantara que as ações que denunciavam Bolsonaro por uso irregular de sedes da Presidência para atos de campanha em lives no ano passado poderiam ser rejeitadas, como aconteceu. No caso de Lula, que é semelhante ao do ex-presidente, a acusação era de que houve uso indevido de serviço de busca, segundo o texto, sobre informações a respeito de casos de corrupção envolvendo o petista. Segundo a acusação, ao fazer a pesquisa, o eleitor receberia primeiro apenas textos com viés positivo a Lula, produzidas por sua própria campanha. A acusação era de que Lula teria pago às ferramentas de busca para que esse processo acontecesse.

O relator das ações contra Lula foi o ministro Benedito Gonçalves, que também foi relator das ações contra Bolsonaro. Em sua decisão, o ministro pontuou que não ficou comprovada irregularidade, já que não houve anomalia ou



Presidido por Moraes, TSE absolveu Lula

discrepância no investimento da ferramenta. Ou seja, segundo Gonçalves, não houve ação que propagasse desinformação.

Os outros ministros da Corte acompanharam o voto do relator. Porém, na visão do ministro Raul Araújo, houve conduta ilícita, mas não com gravidade suficiente. O magistrado defendeu a regulamentação do uso deste tipo de ferramenta com objetivos eleitorais. Já o ministro Floriano de Azevedo Marques discordou de que teria havido ação ilícita, mas também defendeu a necessidade de regulamentação.

Assim, nos dois casos, o TSE discute atualizar suas decisões para definir de forma mais clara o que é uma novidade no processo político brasileiro, que é o uso dessas novas ferramentas da internet e das redes sociais.

7 de Setembro

Na próxima semana, o TSE julga outras três Ações de Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) contra o ex-presidente Bolsonaro. Agora, o julgamento será sobre o suposto abuso de poder político na comemoração do Bicentário da Independência em 2022, nas comemorações tanto em Brasília quanto no Rio de Janeiro. O julgamento está marcado para os próximos dias 24, 26 e 31.

Apesar de suas últimas ações terem sido arquivadas, a expectativa é de que, nesse caso, haja nova condenação. As acusações foram protocoladas pelo PDT e pela senadora Soraya Thronicke (União-MS), que foi candidata à Presidência por seu partido, para apu-

rar supostas práticas de abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação.

As acusações também querem que Bolsonaro seja condenado por desvio da finalidade dos eventos públicos, para se promover de forma eleitoral, além de ter usado os meios de comunicação oficiais. Os eventos foram transmitidos pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O custo aos cofres públicos para as comemorações foi de R\$ 3,8 milhões.

Para a advogada e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), caso Bolsonaro seja condenado em nova ação de investigação judicial eleitoral, a penalidade imposta irá constituir sanção autônoma. Porém, não existe possibilidade de se somar a outra condenação, ou seja, ele continua inegligível somente até 2030 mesmo com nova condenação.

O professor de direito constitucional do Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), Alessandro Costa, explica que por todas essas ações se tratem de fatos que ocorreram em 2022, “a condenação retroage para a data do primeiro turno que o candidato disputou e termina oito anos depois, conforme é estabelecido na lei”. Por esse motivo, não há soma de novo prazo caso Bolsonaro seja condenado novamente.